

O INCREMENTO DE QUALIFICAÇÕES ACADÉMICAS E COMPETÊNCIAS E O SEU AJUSTE ÀS NECESSIDADES DAS SOCIEDADES ATUAIS

Professora Doutora Maria Cristina Ventura

RESUMO

Neste estudo analisa-se a forma como as autoridades de Portugal e de Angola têm desenvolvido estratégias para o incremento das qualificações académicas das suas populações. Apresentam-se indicadores estatísticos dessa evolução comparados com as realidades continentais em que se inserem aqueles países. Avalia-se igualmente o (des)ajuste das qualificações obtidas e a criação de competências adequadas às necessidades dos mercado-de-trabalho e propõem-se medidas que contribuam para essa adequação.

Palavras-chave: Qualificações • Competências • Ensino Superior • Mercado-de-Trabalho

INTRODUÇÃO

Nesta Era do Conhecimento que atravessamos onde subjaz uma economia globalizante e ancorada no conhecimento e competências técnicas e tecnológicas, o Capital Humano é o principal Valor de Organizações e das Sociedades dos países desenvolvidos.

A formação e o nível das qualificações académicas das populações assume como nunca um papel de relevo para o desenvolvimento socio-económico, conduzindo Governos de diferentes países a assumirem compromissos nacionais e internacionais – plasmados nas suas acções políticas internas – que visam o incremento do nível de qualificações das suas populações. Procura-se deste modo sustentar o desenvolvimento social numa economia baseada no conhecimento, obrigando os países que querem acompanhar o ritmo deste crescimento à definição de políticas públicas e de metas nacionais ou supranacionais que mais assemelham com “saltos quânticos” nas qualificações populacionais, esquecendo, por vezes, que a aquisição de conhecimentos e a solidificação de novas competências são processos cuja natureza intrínseca necessita de maturação e consequentemente de um tempo próprio, sob pena de se reduzir as verdadeiras quali-

ficações das populações a meros e erróneos indicadores estatísticos que satisfaçam a *Governance* e demais autoridades públicas.

EDUCAÇÃO EM PORTUGAL E UE

A *Estratégia Europa 2020* aprovada pelo Conselho Europeu, impôs a cada país da UE a apresentação de um Programa Nacional de Reformas (PNR) que levem em conta a prioridade da consolidação orçamental e da correção dos desequilíbrios macroeconómicos e que contribuam para o reforço da competitividade, do crescimento e do emprego.

O governo português em 2011 aprovou o seu “O Portugal 2020 - Programa Nacional de Reformas” (Conselho de Ministros, 2011) atualizado posteriormente em 2013, o qual, procurando contribuir para as prioridades do *Crescimento Inteligente* e do *Crescimento Inclusivo* impôs como metas nacionais, no que respeita às qualificações e educação da população nacional:

- (i) Reduzir a taxa de abandono precoce do sistema de ensino para 10% em 2020. (este indicador era de 20,8% em 2012 e 15% em 2014);
- (ii) Aumentar para 40% a população entre os 30 e 34 anos com diploma de ensino superior ou equiparado (este indicador era de 27% em 2012 e 30% em 2014);
- (iii) Aumentar o investimento em I&D para 2,7% a 3,3% em % do PIB (este indicador era de 1,9% em 2014);

Presentemente, um forte constrangimento ao desenvolvimento social e económico de Portugal reside justamente no nível médio das qualificações da sua população que é ainda muito baixo quando comparado com o contexto europeu ou quando comparado com os países da OCDE.

Os dados apresentados relativos a Portugal no relatório *Education at a Glance 2014* (OCDE, 2014) indicam que menos de 30% dos jovens adultos portugueses (entre os 25 e 34 anos de idade) tinham habilitações ao nível do ensino superior em 2013, enquanto a média da OCDE indicava um quadro de 17% de jovens adultos com qualificações abaixo do ensino superior;

De acordo com o mesmo estudo, Portugal, a par da Itália, México e Turquia, tem das maiores percentagens de jovens adultos com baixas

qualificações; Portugal e Espanha a percentagem de população entre os 25 e 34 anos com qualificações inferiores ao ensino secundário é superior a 30%.

Contudo, é inegável a evolução favorável nas últimas décadas no que concerne às qualificações da população portuguesa. O esforço realizado nas últimas décadas na qualificação da população reflete-se na evolução favorável de vários indicadores. Tomemos como exemplos os dados apresentados no Acordo de Parceria (Governo de Portugal, 2014) apresentado pelo governo português junto da comissão Europeia, o qual indica que entre 2007 e 2012:

- (i) a taxa de abandono escolar precoce diminuiu de 36,9% para 20,8%,
- (ii) a taxa de escolaridade de nível secundário da população entre os 25 e 64 anos aumentou de 27,5% para 37,6%
- (iii) o peso da população com diploma de ensino superior entre os 30 e 34 anos aumentou de 19,8% para 27,2%.

Embora atualmente a situação seja substancialmente mais favorável Portugal continua, porém, muito aquém dos padrões europeus neste domínio. As baixas qualificações constituem também obstáculos ao desenvolvimento pessoal dos indivíduos, à participação cívica inerente a uma cidadania ativa e constitui ainda forte obstáculo à empregabilidade.

Assim, a definição das políticas públicas e o estabelecimento de metas e objetivos estratégicos neste domínio não pode deixar de considerar as atuais fragilidades que podem resumir-se por (Governo de Portugal, 2014):

- (i) o nível médio das qualificações da população adulta e jovem, associada à generalização tardia da escolarização mais intensa da população portuguesa, à reduzida participação da população adulta em atividades de educação e formação certificada e à persistência de elevados níveis de abandono escolar precoce por parte dos jovens (apesar da descida acentuada deste indicador na última década);
- (ii) a qualidade e eficiência do sistema de educação/formação;
- (iii) o ajustamento entre as qualificações produzidas e as procuradas pelo mercado de trabalho.

Este último aspeto é de particular importância, uma vez que, se por um lado, se observa uma sistemática melhoria nos indicadores associados aos níveis de qualificação da população portuguesa, por outro, regista-se um acentuado desajuste entre as qualificações e competências adquiridas pelas

populações e o tipo dessas mesmas características que são procuradas por parte do mercado de trabalho e empregadores.

Várias são as organizações que têm chamado a atenção para a problemática associada ao aumento de qualificações das populações desajustadas das reais necessidades do mercado de trabalho. No já citado relatório da OCDE, (OCDE 2014) salienta-se que embora ainda existam perspectivas de emprego para trabalhadores com baixas qualificações no mercado de trabalho dos países da OCDE, o desemprego entre pessoas menos qualificadas aumentou em alguns países todos os anos, entre 2000 e 2013. Por exemplo, na Grécia, Islândia, Irlanda, Luxemburgo, México, Holanda e Portugal, o crescimento médio anual da taxa de desemprego entre a população adulta com mais baixas qualificações é superior a 7%. A taxa de desemprego associada a níveis de habilitações inferiores ao ensino secundário era em 2013 de quase 40% para as mulheres e de quase 30% para os homens.

Se é certo que a crise económica mundial conduziu a valores alarmantes de desemprego e de subemprego na União Europeia é igualmente certo que os empregadores têm dificuldades no preenchimento de vagas por trabalhadores com competências adequadas às necessidades das empresas. Já em 2010 um inquérito do Eurobarómetro concluía que 33% dos empregadores identificava a falta de candidatos com competências ajustadas às suas necessidades (Eurobarómetro, 2010).

O Fórum Económico Mundial (FEM, 2014), o Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional (CEDEFOP, 2014) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2014) são algumas das organizações internacionais que recentemente têm desenvolvidos estudos indicativos destes desajustes entre a produção de mão-de-obra qualificada e as necessidades das economias atuais.

A figura 1 retrata esse desajuste em 2011 na União Europeia, verificando-se que ele era particularmente acentuado para a faixa de “Qualificações Baixas” onde existiam mais trabalhadores do que empregos a necessitar deste tipo de competências e na faixa de “Qualificações Médias” onde se observava o oposto.

Num outro estudo realizado pela OIT em 2014 revela-se que em Portugal 56,3% dos seus trabalhadores têm competências desajustadas (52,3% apresentam qualificações baixas para o posto de trabalho que ocupam e 4% apresentam a situação inversa). Assim numa população ativa de 4,5

milhões há 2,5 milhões de trabalhadores com competências desalinhas relativamente às funções que exercem.

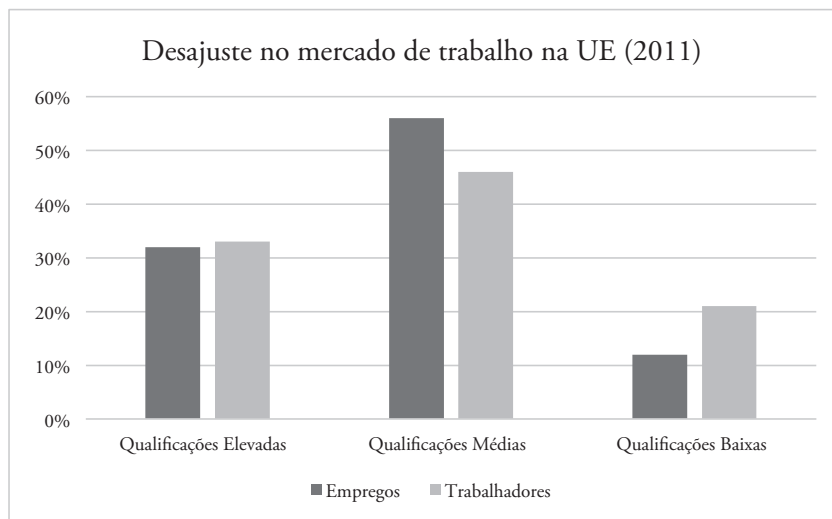


Figura 1. Desajustes no mercado de trabalho na União Europeia entre a oferta e a procura de competências. Adultos empregados com idade entre 25 e 64 anos em 2011. Fonte: CEDEFOP (2014).

No contexto de uma economia global, assente na inovação e conhecimento e num mercado de trabalho em acelerada mutação o atual quadro de desajuste entre oferta e procura de competências coloca uma elevada exigência e pressão sobre as intervenções públicas dirigidas ao reforço das qualificações do capital humano, cujas orientações políticas devem antever não apenas um crescimento indiferenciado e cego dos indicadores estatísticos mas antes devem apontar para uma produção de qualificações mais elevadas e efetivamente ajustadas às necessidades da sociedade, promovendo-se deste modo um real crescimento socio-económico do nível de vida das populações.

Ciente desta problemática o governo português tem, nos últimos anos, efetuado uma forte aposta na ofertas formativas de natureza profissionalizante.

Destacam-se aqui ao nível do ensino secundário o alargamento da oferta formativa do ensino profissional e mais recentemente do ensino vocacional (formações que envolvem simultaneamente as organizações educativas e as empresas ou agentes económicos).

Contudo, a grande inovação em Portugal neste domínio situa-se ao nível do Ensino Superior Politécnico onde no presente ano letivo de 2014/15 foi criada uma nova tipologia de cursos superiores de curta duração – Cursos Técnicos Superiores Profissionais (CTeSP).

Criados em 2014 (Decreto-Lei nº 43/2014 de 18 de março), os CTeSP são ministrados pelo Ensino Superior Politécnico e conferem um diploma de nível 5 de qualificação do Quadro Nacional de Qualificações (QNQ).

Os CTeSP desenvolvem-se em 2 anos lectivos (4 semestres) sendo o último semestre realizado em formação em contexto de trabalho (estágio com duração mínima de 750h).

A criação de um CTeSP e a sua conseqüente oferta numa IES, pressupõe uma forte articulação prévia com o mercado de trabalho. Entidades empregadoras e associações empresariais e/ou socioprofissionais da região onde se insere o curso, bem como o Instituto de Emprego e Formação Profissional são algumas das instituições que se devem pronunciar sobre a pertinência e a necessidade para o mercado de trabalho dos diplomados de cada curso criado em cada uma das áreas de educação e formação ou áreas científicas.

Assim, estes novos cursos superiores introduzidos em Portugal pretendem constituir-se essencialmente como ponte para uma rápida e efetiva inserção na vida ativa e como base para o desenvolvimento de uma área de atividade profissional. Contudo um diplomado de um determinado CTeSP pode optar pelo prosseguimento de estudos, com vista à conclusão de um ciclo de estudos de licenciatura.

A adesão do Ensino Superior Politécnico português a esta nova tipologia de oferta formativa superior foi de tal ordem que entre Julho de 2014 e Maio de 2015 foram registados (aprovados pela tutela) 157 novos cursos e encontram-se em fase apreciação pela tutela outros 441 cursos, cujo início se prevê para o ano letivo 2015/16 (DGES, 2015).

EDUCAÇÃO EM ANGOLA E NOS PAÍSES LUSÓFONOS

Procurando analisar de que forma os governos de outras regiões do globo têm olhado para a necessidade do incremento das qualificações e competências das suas populações, concentremo-nos agora na situação

dos países africanos de língua oficial portuguesa e em particular ao nível do ensino superior.

De acordo com o estudo elaborado por Patrício Langa sobre o Ensino Superior nos PALOP (Langa, 2013) a primeira década do século XXI foi marcada por um aumento de participação no ensino superior, embora com taxas ainda abaixo da taxa média africana. Cabo Verde apresenta-se como exceção apresentando uma taxa de escolarização bruta de participação que ronda os 22%, muito acima da taxa média africana de 6,8%.

As tendências de expansão, diferenciação e diversificação do sistema de ensino superior nos PALOP são bastante semelhantes, embora Angola e Moçambique tenham sistemas relativamente grandes e complexos, com mais de 100 000 estudantes, distribuídos entre as várias instituições públicas e privadas, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe são pequenos sistemas, com menos de 10 000 alunos distribuídos em sua maioria em uma grande instituição pública e de alguns operadores privados.

A evolução das qualificações ao nível do ensino superior são particularmente enormes no seio da população angolana. Entre 2001 e 2011 o número de estudantes a frequentarem cursos de ensino superior subiu de 9 129 para 140 016 (Carvalho, 2012). A crescente aposta do Governo de Angola no Ensino Superior reflete-se também no crescimento do número de docentes deste nível de ensino que no mesmo período cresceu de 869 para 5499 (Carvalho, 2012).

O reconhecimento por parte das autoridades angolanas da relevância do Capital Humano para o desenvolvimento de Angola está bem patente nas Estratégias e Políticas Públicas adotadas e nos compromissos internacionais e nacionais assumidos, destacando-se entre eles *Educação para Todos até 2015* e mais recentemente o reconhecido *Plano Nacional de Formação de Quadros (2013-2020)*. Este ambicioso plano que prevê atingir na Formação de Quadros Médios 424,7 mil diplomados do Ensino Técnico-Profissional e na Formação de Quadros Superiores 181,8 mil diplomados de ensino superior tem como um dos seus pilares dar prioridade à formação de Recursos Humanos inerentes aos estabelecimentos de ensino superior.

Ressaltam-se algumas das metas estabelecidas pelo PNFQ para o horizonte 2020, no que concerne à *Fileira de Educação para o Ensino Superior*:

- (i) Aumento da taxa de quadros médios e superiores de 28,8% para 33% (dos quais 250 000 quadros superiores);

- (ii) Atingir a cifra de 275 000 alunos matriculados e 22 000 diplomados pelo ensino superior;
- (iii) Crescimento do número de docentes no ensino superior para 6900, dos quais 40% com grau de mestre e 20% com grau de doutor;

Com vista à prossecução dos objetivos delineados uma das primeiras acções desencadeadas pela tutela do ensino superior angolano foi a criação de um instrumento estatístico com a finalidade de caracterizar de forma sistemática, fiável e oficial o Ensino Superior em Angola. Na 1ª edição deste imprescindível documento foi apresentado recentemente o *Anuário Estatístico 2014* (Ministério do Ensino Superior da República de Angola, 2014) cujas conclusões se baseiam em elementos recolhidos junto de 85% das instituições de ensino superior angolanas (IESA) e de cujos resultados principais se salientam no ano 2014:

- (i) 62 IESA em funcionamento das quais 22 são do setor público;
- (ii) 129 758 Candidatos dos quais 55 235 admitidos (em 85% das IESA);
- (iii) Um total de 146 001 estudantes matriculados dos quais 43,2% do sexo feminino (em 85% das IESA). Do total de alunos matriculados verifica-se que 42% são jovens entre os 17 e 25 anos de idade;
- (iv) Diplomaram-se (em 2013) 13 547 estudantes dos quais 48% do sexo feminino (em 85% das IESA). Do total de diplomados verifica-se que 95% são ao nível de Licenciatura;
- (v) Um total de 7583 funcionários dos quais 4129 são docentes (em 85% das IESA). Destes docentes 80,6% são de origem angolana e 35% têm o grau de mestre e 11,7% o grau de doutor.

Um dos problemas com que nos deparamos ao queremos analisar os números do ensino superior em Angola residiu em alguma discrepância entre as fontes consultadas. Por exemplo o *Relatório conjunto sobre o PNFQ* apresentado ao Parlamento angolano em Abril de 2014 pelas Comissão de Educação, Cultura, Assuntos Religiosos e Comunicação Social, Comissão dos Assuntos Constitucionais e Jurídicos e Comissão de Economia e Finanças aponta para:

- (i) 9200 diplomados em 2013;
- (ii) 218 678 alunos matriculados no ensino superior em 2013;
- (iii) 9284 docentes no ensino superior em 2013;

No entanto, independentemente da fonte e das metodologias adotadas na recolha de dados, parece ser unânime que as intervenções ao nível

das qualificações do Capital Humano em Angola estão claramente a frutificar observando-se um fortíssimo incremento nas qualificações e competências da população em geral.

Contudo, parece ser conveniente que se acompanhe de perto esta produção de massa populacional qualificada na medida em que se mostra imprescindível que os futuros diplomados contenham as competências e os saberes em áreas efetivamente necessárias à sociedade e economia angolanas. A este propósito, tomemos como exemplo os dados do já citado *Anuário Estatístico 2014* sobre os alunos matriculados no ensino superior: A fig. 2 mostra que as áreas de saber mais deficitárias em Angola continuam a ter uma procura muito baixa por parte dos estudantes.

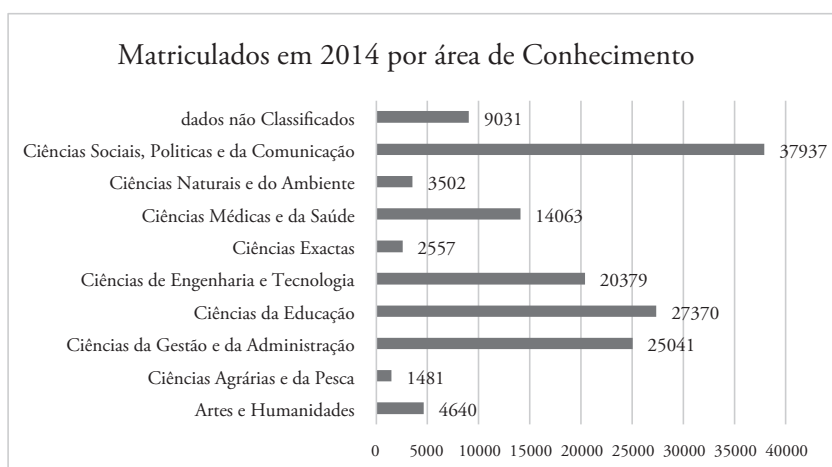


Figura 2. Estudantes matriculados em 2014 no ensino superior por área de conhecimento segundo a classificação do PNFQ.

Fonte: *Anuário estatístico 2014*.

A RENTABILIDADE DO INCREMENTO DAS QUALIFICAÇÕES E COMPETÊNCIA

Na definição de Políticas Públicas e nas intervenções no âmbito dos recursos humanos importa ter presente que a dimensão cultural é uma componente-chave do Capital Humano, pelo que áreas menos convencionais ou formais de qualificação devem igualmente ser valorizadas, nomeadamente por meio de formação e incentivo a práticas culturais ao

longo da vida, valências indispensáveis à capacidade de adaptação e ao empreendedorismo.

O enriquecimento enquanto cidadãos livres, devidamente formados e informados e interventivos, o incremento do estatuto socio-económico e o enriquecimento das sociedades como um todo, são claramente objetivos induzidos pelo aumento das qualificações e competências das populações. Porém, o desemprego e o subemprego, a necessidade de emigração maciça, que tanto tem afetado as sociedades europeias nos últimos anos e designadamente os mais qualificados, tem levado a que muitos se questionem sobre o interesse do investimento (público ou privado) no aumento dessas mesmas qualificações.

Será que a decisão de prolongar os estudos e da obtenção de maiores qualificações com o investimento que isso representa para as pessoas e famílias se mostra economicamente incoerente e mesmo irracional? Em Portugal muito se tem debatido sobre esta questão, e a resposta é hoje clara: A formação superior continua a garantir aos diplomados um mais fácil acesso ao mercado de trabalho e conseqüentemente a médio prazo um considerável aumento do seu nível de vida. A taxa de desemprego dos ativos qualificados (12,9%) em Portugal é bastante mais reduzida que a dos não qualificados (17%).

Um estudo recentemente apresentado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE, 2015) durante a Conferência *Escolas de Futuro - Educação 2020* conclui que um diplomado com formação superior durante a sua vida profissional (entre os 20 e os 65 anos de idade) ganha mais 1,7 milhões de euros quando comparado com outro profissional com o 9º ano de escolaridade (ensino básico), o qual por sua vez receberá ao longo da sua vida ativa mais 55 778 € dos que o colega com apenas o 6º ano de escolaridade;

Também as conclusões da Rede Eurydice/Eurostat apresentadas no documento relativo aos *Números Chave da Educação na Europa 2012* apontam no mesmo sentido: (Eurydice, 2012): os diplomados do ensino superior integram-se no mercado de trabalho 2 vezes mais depressa do que os que completaram o ensino secundário; Na UE a transição para o 1º emprego dos diplomados com formação superior era apenas de 5 meses contra 7,4 meses para os que tinham o ensino secundário e 9,8 meses para os que apresentavam qualificações inferiores.

CONCLUSÕES

É hoje evidentes as enormes preocupações dos governantes e decisores públicos na definição de políticas e estratégias que visam o incremento das qualificações das suas populações como ancora para o desenvolvimento socio-económico dos seus países. É igualmente evidente que as estratégias delineadas têm vindo a conseguir produzir resultados satisfatórios traduzidos no sistemático aumento de qualificações das populações. Verifica-se porém, que nem sempre esse aumento de qualificações é acompanhado pelo respetivo aumento das competências específicas que são em cada momento necessárias às economias e aos distintos mercados de trabalho, nesta Era em que as sociedades se caracterizam essencialmente pela sua dinâmica e constante evolução técnica e tecnológica.

O conjunto de aspetos a seguir descritos, com as respetivas adaptações à realidades regionais e nacionais, poderá contribuir para a inversão desta trajetória e para uma melhoria efetiva e mais eficaz das qualificações e competências das populações, contribuindo conseqüentemente para um mais rápido desenvolvimento socio-económico das sociedades:

- (i) Continua melhoria dos instrumentos estatísticos de caracterização da educação e formação de natureza fiável e sistemática e passíveis de intercomparações;
- (ii) Definição de mecanismos que promovam as competências necessárias aos mercados de trabalho, articuladas com a aquisição de conhecimentos e saberes em áreas de conhecimento emergentes;
- (iii) Aprofundamento da articulação entre o Ensino Superior e os Agentes Económicos promovendo a empregabilidade de diplomados;
- (iv) Incremento dos mecanismos de avaliação da qualidade da oferta formativa e das instituições e promoção da internacionalização;

REFERÊNCIAS

- Angola. Ministério do Ensino Superior. Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística (2014). *Anuário Estatístico 2014*. Luanda;
- Angola. Assembleia Nacional. Comissão de Educação, Cultura, Assuntos Religiosos e Comunicação Social, Comissão dos Assuntos Constitucionais e Jurídicos e Comissão de Economia e Finanças (2014) *Relatório conjunto sobre o Plano Nacional da Formação de Quadros*. Luanda;

- Agência de execução relativa à Educação, ao Audiovisual e à Cultura (2012). *Números Chave da Educação na Europa*. Lisboa.
- Carvalho, P. (2012). Evolução e crescimento do ensino superior em Angola. *Revista Angolana de Sociologia*, 9, 51-58;
- Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional (2014). *Desajuste de competências para além do evidente*;
- Conselho de Ministros (2011). *O Portugal 2020 - Programa Nacional de Reformas*. Lisboa;
- Eurobarómetro (2010). *Employer's perception of graduate employability*;
- Governo de Portugal (2014). *Portugal 2020 – Acordo de Parceria 2014-2020*;
- International Labour Office (2014). *Skills mismatch in Europe*;
- Langa, P.V. (2013). *Higher Education in Portuguese Speaking African Countries*. South Africa: African Minds;
- OECD (2014). *Education at a Glance 2014*; OECD Indicators, OECD Publishing;
- Portugal. Direcção Geral do Ensino Superior (2015). Lisboa. disponível em <http://www.dges.mctes.pt/DGES/pt/Instituicoes/InstrucaoProcessos/CTESP/REGRequeridos/registosreq.htm>, consultado em 8 de maio de 2015;
- Portugal. Conselho Nacional de Educação (2015). Conferência *Escolas de Futuro – Educação 2020*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- World Economic Forum (2014). *Matching Skills and Labour Market Needs Building Social Partnerships for Better Skills and Better Jobs*;
- Banco Mundial** (consultado em 26 de março 2015) <http://data.worldbank.org/indicator/SE.PRM.UNER.FE/countries/AO-ZF-XT?display=graph>
- Angola-TODAY** (consultado a 26 de março 2015) <http://www.angola-today.com/society/education/>

Title: The increase of academic qualification and skills and its adjustment to the needs of current society

ABSTRACT

This study analyzes how the authorities in Portugal and Angola have developed strategies to increase the academic qualifications of their populations. Here we present statistical indicators of this evolution compared to continental realities which are inserted those countries. We also evaluate the fit or mismatch between the qualifications obtained and the creation of competence appropriate to the market of-work requirements and we conclude by proposing measures to contribute to this adjustment.

Keywords: Qualifications • Skills • Higher Education • Market-to-work